

CARACTERIZANDO A SURDEZ: FUNDAMENTAÇÃO PARA INTERVENÇÕES NO ESPAÇO ESCOLAR

Edilania Reginaldo Alves¹

RESUMO: A incipiência de ambientes educacionais inclusivos, vinculados à interpretação construída a respeito da educação oferecida para os alunos vistos como público da educação especial acabam por influenciar as práticas pedagógicas direcionadas a este alunado que em sua maioria centra-se na concessão do acesso a escola e não no acesso aos processos de escolarização. Nessa perspectiva, este artigo objetiva realizar um estudo acerca das características e processos de escolarização do surdo. Para tanto, utilizamos como proposta metodológica a abordagem qualitativa, no qual recorreremos como fonte à pesquisa bibliográfica. As variáveis apresentadas nessa pesquisa fizeram-nos concluir que o “fracasso” escolar desse segmento, é advindo das condições de ensino-aprendizagem no qual a escola possibilita e no caso da surdez, por uma organização escolar que valoriza o público ouvinte e não ao surdo, pois sua Necessidade Especial não representa nenhuma limitação cognitiva que impeça o seu progresso acadêmico.

Palavras-chave: Caracterização. Surdez. Escolarização. Educação Inclusiva.

1 INTRODUÇÃO

A incipiência de ambientes educacionais inclusivos, vinculados à interpretação que foi construída a respeito da educação oferecida para os alunos vistos como público da educação especial, na maioria das vezes, evidenciam uma expectativa enganosa do que tem sido conceituado como “inclusão escolar”. Afinal, estaria incluindo o sujeito cujo o direito de adquirir conhecimentos científicos, apropriar-se da cultura historicamente construída são negados? (PADILHA, 2007). Todavia, o que comumente temos observado, é que o significado da “inclusão” nas práticas de ensino escolares justifica-se, simplesmente pela mera inserção deste sujeito em salas regulares, sem a criação de condições objetivas para aquisição de conhecimentos

¹ Cursando Especialização em Libras pela Faculdade Integradas de Anápolis/ Intra Juazeiro do Norte/CE. Especialista em Educação Especial Inclusiva com ênfase no Atendimento Educacional Especializado pela Faculdade de Juazeiro do Norte- FJN, graduada em Pedagogia pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

básicos, já que questões específicas do campo da Necessidade Especial (NE), não são consideradas, pois, não se utiliza materiais e métodos específicos no atendimento às necessidades educacionais.

Nos remetendo a surdez, esta realidade não é diferente, já que os programas educacionais não correspondem as necessidades desses sujeitos, posto que não levam em conta a surdez e sua complexidade, tendo uma organização pedagógica que valoriza o público ouvinte e não o surdo.

Posto isto, é importante sabermos mais a respeito da surdez. Para tanto, este artigo objetiva realizar um estudo acerca das características e processos de escolarização do surdo, considerando este como um passo importante para que as condições de educação escolarizada dessas pessoas sejam aprimoradas. Com este objetivo principal, traçamos como objetivos específicos: 1) Apresentar o conceito e característica dessa Necessidade Especial (NE); 2) Debater a importância do conhecimento das características inerentes a surdez para o processo de escolarização. Visando desse modo, oferecer subsídios teóricos para intervenções no espaço escolar.

Nesse sentido, delinearemos o processamento normal da audição, que inclui o conhecimento das estruturas anatômicas do ouvido humano e de seu funcionamento e os conceitos gerais sobre surdez, classificações e características. Concluindo com um debate sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e o papel do intérprete na escolarização do surdo, aspectos que são fundamentais para compreendermos as implicações da surdez no espaço escolar e a efetivação de uma educação inclusiva.

Para o alcance do objetivo, a metodologia utilizada foi de uma abordagem qualitativa, no qual recorreremos como fonte para coleta de dados a pesquisa bibliográfica, que conforme (MATOS, VIEIRA, 2001, p.40).

[...] é realizada a partir de um levantamento de material com dados já analisados, e publicados por meio escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, página de *Web sites*, sobre o tema que desejamos conhecer.

“Assim, estabelecemos uma sintonia entre a nossa proposta de reflexão e o tratamento dispensado ao assunto por outros pesquisadores.” (MATOS, VIEIRA, 2001, p.40), que se teve por base, os escritos de autores como: Bastos (2005), Padilha (2007), Santos, C.; Lima, P; Rossi, P.(2003), Ines (2003), Nascimento (2010), Silva (2009), Sousa (2010), Carvalho (2010), Skliar (1997), Góes (2007), que forneceram o escopo teórico necessário para o debate do tema em questão.

Tais considerações ensejam trazer elementos importantes para a crítica e superação de práticas que continuam por deixar este segmento à margem do processo de escolarização, já que, pauta-se em uma oferta de ensino que inviabiliza o acesso aos bens culturais da humanidade, isso por que o processo educativo é reduzido a uma dimensão meramente técnica de treino de habilidades, sem comprometimento com a transformação social.

2 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS

2.1 O Sistema Auditivo e sua funcionalidade

O Sistema Auditivo é responsável pela identificação e reconhecimento dos diferentes sons do nosso ambiente, se configurando como de fundamental importância para o nosso desenvolvimento, já que as informações coletadas pela audição nos auxiliam no desenvolvimento da linguagem, e na comunicação oral com outros indivíduos. Nessa perspectiva Santos, C.; Lima, P; Rossi (2003, p.71) enfatizam.

A audição é o meio pelo qual o indivíduo entra em contato com o mundo sonoro e com as estruturas da língua que possibilitam o desenvolvimento de um código estruturado, próprio da espécie humana. A língua oral é o principal meio de comunicação entre os seres, e a audição participa efetivamente dos processos de aprendizagem dos conceitos básicos, até a leitura e a escrita. Além disso influi decisivamente nas relações

interpessoais, que permitirão um adequado desenvolvimento social e emocional.

Desse modo, assim como os outros sentidos, a audição tem sua importância para o nosso desenvolvimento enquanto ser individual e social, pois através desta, interagimos com o mundo, desenvolvendo nossa identidade e conexões sociais.

A sua funcionalidade se dá através de três estruturas que compõem o sistema auditivo: o ouvido externo, o ouvido médio, e o ouvido interno, (Figura 1), onde cada estrutura desempenha uma função específica na captura do som.

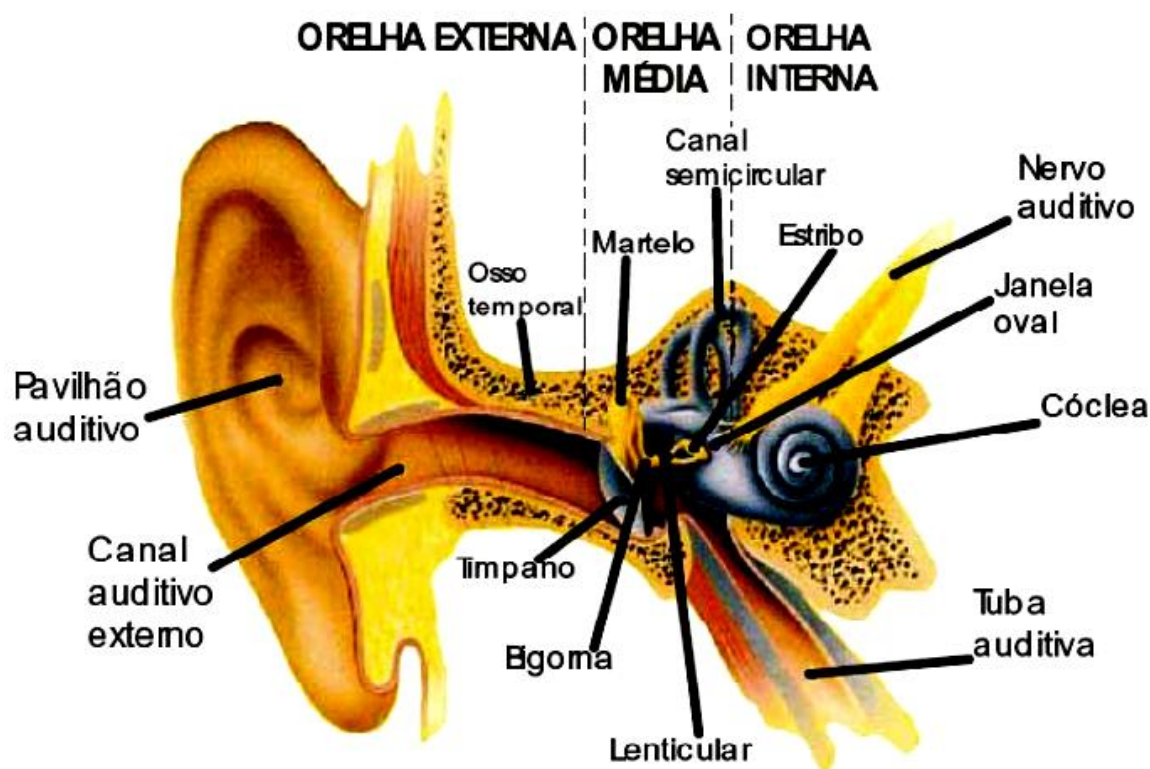


Figura 1: Sistema Auditivo. **Fonte:** Bastos (2005).

O ouvido externo coleta o som e o transporta para o ouvido médio, por meio do pavilhão auditivo e através deste, as ondas sonoras passam para a

parte interna do aparelho auditivo (ouvido médio) e é nessa parte que a vibração do ar pressiona nossos tímpanos, que por sua vez, transmite essa vibração para três ossículos: martelo, bigorna e estribo, “esses ossículos são presos por músculos, tendo por função mover-se para frente e para trás, colaborando no transporte das ondas sonoras até a parte interna do ouvido” (BRASIL, 2006, p.14). Nesta parte as ondas sonoras são transformadas em impulsos nervosos e são transmitidas ao cérebro, ocorrendo à percepção do som. Nesse sentido:

A porção interna do ouvido, também denominado ouvido interno, é muito especial. Nela estão situados: a cóclea (estrutura que tem o tamanho de um grão de feijão e o formato de um caracol), os canais semicirculares (responsáveis pelo equilíbrio) e o nervo auditivo. (BRASIL, 2006, p.14)

É na cóclea que se inicia o processo de decodificação dos estímulos auditivos que é finalizado nos centros auditivos do cérebro, que decodificam a mensagem recebida e produzem a sensação sonora, comumente chamada de som.

A medição auditiva é feita em decibéis (dB)², onde a audição se configura como normal quando tem seu limite situado entre a faixa de 10 a 26 dB, e a percepção auditiva entre as frequências de 20 a 20.000 (Hz)³, se alterando de acordo com a idade.

O processo descrito constitui o ato sonoro, e qualquer alteração nas estruturas mencionados modifica a capacidade de ouvir e acaba por sua vez, a constituir como uma perda de audição que pode variar conforme sua intensidade. A perda ou redução auditiva, pode ocorrer de forma natural ou provocada pela exposição prolongada a altos níveis de ruídos, se caracterizando

² Unidade sonora que mede o volume dos sons.

³ Unidade que determina o comprimento das ondas sonoras.

pelo seu grau de severidade, que pode culminar na surdez, tema do próximo tópico.

2.2 Surdez

Historicamente, a influência clínico-terapêutica se destaca no âmbito da Educação Especial, acabando por influenciar o conceito de surdez apresentado em muitas literaturas, que a concebem como algo referente a um déficit auditivo aliado a sua classificação, não incluindo, portanto, os aspectos referentes ao contexto psicossocial e cultural no qual este conceito está imerso. Diante deste cenário, o conceito de surdez apresentado, por muitas vezes não consideram sua forma cultural e linguística, limitando-se desse modo a um conceito que pretensamente valoriza o aspecto físico, subestimando sua identidade, concebendo o surdo como um sujeito inferior aos indivíduos ouvintes.

No entanto, pretendemos situar o conceito de surdez, enfatizando-o como uma diferença e não como uma “deficiência”, referendando o marco sócio-antropológico da surdez, sem necessariamente desconsiderar os aspectos médicos-clínicos, porém enfatizando que este conceito envolve muito mais do que o aspecto audiológico. Desse modo,

Podemos definir uma pessoa surda como aquela que vivencia um déficit de audição que o impede de adquirir, de maneira natural, a língua oral/auditiva usada pela comunidade majoritária e que constrói sua identidade calcada principalmente nesta diferença, utilizando-se de estratégias cognitivas e de manifestações comportamentais e culturais diferentes da maioria das pessoas que ouvem. (COSTA; REIS, 2009 p.20, apud SILVA, 2009 p.15).

Diante disto, considera-se que o surdo é diferente pelo modo distinto de adquirir uma língua e desenvolver suas potencialidades psicossociais, que os constituem como seres de uma cultura e identidade particular.

Frente a isto, Marchesi (1995, apud NASCIMENTO, 2010) verifica a presença de variantes que estão vinculados ao desenvolvimento dos surdos, dentre eles, destacamos para o nosso estudo, a etiologia; a classificação, incluindo tipos e graus de surdez, e os fatores educacionais.

3 ETIOLOGIA: CAUSAS DA SURDEZ

Os fatores etiológicos são os fatores que podem causar surdez, fatores estes, que podem ocorrer nos períodos: pré-natal, peri-natal ou pós-natal.

O período pré-natal corresponde ao momento gestacional, onde fatores provenientes de doenças adquiridas durante a gestação da mãe, como rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus, podem levar o feto a adquirir surdez. Assim sendo, as causas pré-natais, são provocadas por fatores genéticos, hereditários, como alterações endócrinas e bacterianas, doenças adquiridas pela mãe durante a gestação e o consumo de medicamentos que contenham drogas ototóxicas que podem afetar a audição do feto. No que concerne ao período perinatal, este corresponde ao momento do parto. Nesse caso, a surdez geralmente é provocada por partos prematuros, anóxia cerebral⁴ e uso inadequado de fórceps.

O período pós-natal, corresponde aos momentos posteriores ao nascimento, ou seja, os fatos vivenciados ao longo da vida do indivíduo, configurando-se as infecções bacterianas (encefalite, meningite); traumas (crânio encefálico); virais (caxumba, meningite, sarampo); ruído; icterícia ou hiperbilirrubina e baixo peso. Outros fatores que também tem relação com a surdez são os medicamentos ototóxicos, o avanço da idade e acidentes.

Como vimos, a impossibilidade do indivíduo de ouvir, pode ocorrer devido a vários fatores e como apresentaremos na sequência variar em distintos graus e tipos de surdez.

⁴ Falta de oxigênio no cérebro.

4. CLASSIFICAÇÃO: GRAUS E TIPOS DE SURDEZ

4.1 Graus de Surdez

A perda auditiva é classificada de acordo com sua intensidade, medida em decibéis (dB) através do audiômetro⁵, com este instrumento faz-se a realização de alguns testes no qual se obtém a classificação da surdez quanto ao seu grau de intensidade. Na legislação brasileira, o conceito de surdez apresentado se fundamenta no número de decibéis que o ouvido humano percebe. Como constatamos no artigo segundo que regulamenta a Lei nº 10.436 que data de 24 de abril do ano de 2002 e o artigo 18 da Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que faz a seguinte conjectura:

Art. 2º. Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2000, p.1).

Sendo assim, de acordo com a percepção auditiva, identifica-se o grau da surdez, que passa a ser classificado em normal, leve, moderado, severo e profundo, (variando a contagem de (dB) conforme o autor tomado como referência). De todo modo, o conhecimento dessa classificação pode vir a auxiliar a/o docente na elaboração do seu planejamento, já que este remete a características específicas.

A surdez, também é classificada como, unilateral, quando está presente em apenas um dos ouvidos, e como bilateral quando é apresentada em ambos os ouvidos.

⁵ Instrumento utilizado para medir a sensibilidade auditiva de um indivíduo. (BRASIL, 2006)

Entretanto, é pertinente destacarmos, que para a comunidade surda estes fatores, não constituem como uma diferença significativa, já que as características de seu “grupo” são tomadas por sua identidade cultural.

Quanto a sua classificação, a surdez pode também ser, condutiva, neurossensorial ou mista, como explícita, Lopes Filho (1994, apud SANTOS, C.; LIMA, P; ROSSI, 2003) e que delinearemos na sequência.

4.2 Tipos de Surdez

Os tipos de surdez estão relacionados com a localização da lesão. Dessa forma, denomina-se como condutiva, a perda auditiva, no qual o local afetado pertence ao ouvido externo e/ou médio. Trata-se de perdas que na maioria dos casos são reversíveis, após tratamento, que por serem causadas pelo acúmulo de cerume que prejudicam a vibração dos ossículos, se dá geralmente através de medicamentos e/ou cirurgias. Ao seu respeito Santos, Lima, Rossi (2003, p.36) destaca:

Causada por uma alteração que ocorre na orelha externa (meato acústico) e/ou média (membrana timpânica, cadeia ossicular, janelas oval e redonda e tuba auditiva). Na avaliação audiológica básica, os limiares tonais por via aérea estão alterados, enquanto por via óssea encontra-se normais. Nesse tipo de perda o índice de Reconhecimento da fala está em torno de 100% de acertos.

Essas alterações que incidem na orelha externa e/ou média podem ser causadas por algumas patologias, entre elas as otites, a osteoclerose, perfuração timpânica e até mesmo a rolha de cerume, (INES, 2003).

No caso de perdas auditivas, cuja lesão está presente no ouvido interno (cóclea e/ou nervo auditivo) classifica-se como neurossensorial. Em se tratando desse tipo de perda auditiva, elas não são reversíveis, já que resulta de danos causados em células sensoriais que não se regeneram mais, desse modo para

este tipo de surdez não existe tratamento. Sua causa comum, encontra-se em lesões causadas pela meningite e rubéola materna.

Sobre a perda auditiva neurossensorial, Santos, Lima, Rossi (2003, p.36) enfatizam:

Causadas por alterações que afetam a cóclea e/ou nervo auditivo. As causas que levam este tipo de perda são múltiplas e de difícil diagnóstico. Na avaliação audiológica básica, podemos observar limiares auditivos por via aérea e óssea alterados e equivalentes. Portanto, não a *gap* entre eles. O índice de Reconhecimento da Fala encontra-se alterado, e pior será quando maior for a perda auditiva.

Existem ainda, as perdas auditivas mistas, que ocorrem quando as alterações estão presentes tanto no ouvido externo e/ou médio, como no interno, sendo desta forma condutivas e sensorineurais concomitantemente, este tipo de perda auditiva geralmente ocorre devido a fatores genéticos.

Ao seu respeito Santos, Lima, Rossi (2003, p.36) salientam:

São perdas auditivas que apresentam características condutivas e neurossensoriais. Encontraremos limiares alterados tanto na via aérea quanto na via óssea, mas não equivalentes, há um *gap* entre eles. Os resultados do Índice de Reconhecimento da Fala são bons, porém prejudicados em relação a audição normal ou à perda condutiva, pela presença do componente neurossensorial.

A surdez, também pode ser definida quanto ao seu período de aquisição, em congênita ou adquirida. Como congênita, conceitua-se a perda auditiva presente desde o nascimento, ou seja o indivíduo já nasce surdo. O tipo de surdez definido como adquirida se refere aquela que o indivíduo adquire no decorrer de sua vida.

Em todos os casos, é importante que o diagnóstico seja realizado o quanto mais breve possível, pois este, possibilitará a intervenção imediata

através da utilização de materiais e métodos aptos a sua Necessidade Educacional Especial (NEE), como veremos no capítulo a seguir.

5 DIAGNÓSTICO

Apesar da difusão da prática da triagem pelas omissões otoacústicas, popularmente chamada de teste da orelhinha, a detecção da surdez em crianças pequenas ainda é algo raro, o fato de ser um “problema” não-visível sem sintomas e sinais, a surdez acaba por passar despercebida, o que dificulta o atendimento educacional a ser realizado posteriormente com esses alunos.

De acordo com o INES (2003, p. 54):

[...] grande parte do fracasso escolar de surdos pode estar relacionado ao diagnóstico e intervenção bastante defasados. A detecção tardia vem sendo alvo de grande preocupação dos profissionais e educadores de surdos em todo o mundo.

Já que, impossibilita a utilização de matérias e métodos específicos, e dificulta o desenvolvimento intelectual/acadêmico do sujeito surdo, pois os envolvidos em sua educação desconhecem sua NEE e não consideram suas particularidades para alcançar êxito no processo educacional o que origina perdas consideráveis no processo de aprendizagem do aluno surdo.

Desse modo, advém à necessidade da elaboração de propostas educacionais que contemple a especificidade da surdez, sendo assim, partiremos ao estudo dessas propostas, no próximo capítulo: Processos de escolarização.

6 PROCESSOS DE ESCOLARIZAÇÃO

A Educação dos Surdos ao longo da história colocou em segundo plano a aprendizagem das disciplinas escolares, posto que, partia-se do pressuposto que

a surdez era uma doença e assim sendo, seus estudos eram pautados em sua cura, não na busca de métodos educacionais.

Por consequência dessa concepção, a princípio, as atividades pedagógicas direcionadas a este alunado eram limitadas a aquisição da linguagem oral, predominando o emprego do método: Oralismo, que em detrimento de ensinar aos surdos os conhecimentos, objetivava o ensino da fala.

A utilização deste método expõe o predomínio da concepção de surdez como uma patologia.

Goldfeld 2002, p.33, apud Sousa, (2010, p.17) explicita.

O Oralismo ou filosofia oralista visa à integração da criança surda na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso do Brasil, o português). O oralismo percebe a surdez como uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva.

Nessa perspectiva, o âmbito escolar atuou como um laboratório de fonética, com a finalidade de ensinar ao surdo à língua majoritária, pretendendo “normalizar” o surdo e não ensinar os conteúdos acadêmicos.

Contudo, a aprendizagem da língua oral por meio deste método, durava anos e muitas vezes não apresentava êxito. Este fato, associado aos estudos que passaram a ser realizados sobre a Língua de Sinais, incitou uma nova proposta educacional para o surdo, denominada de comunicação total. Esta proposta objetivava oferecer aos surdos à comunicação tanto com os ouvintes como com a comunidade surda, nesse sentido a oralização também era um dos recursos utilizados.

Dessa maneira, assim como o oralismo, este método, não privilegiava o ensino dos conteúdos acadêmicos, já que seu foco principal era possibilitar a comunicação, para tanto se mesclava a língua oral e a língua de sinais, (se opondo de certa forma a abordagem oralista, já que considerava que apenas

este método, não proporcionava o pleno desenvolvimento do surdo). Vale ressaltar, que os opositores deste método, mencionam que esta concepção não era muito distinta da oralista, posto que, também concebia a surdez como uma patologia, bem como tratava a sua língua de forma artificial.

Como destaca Santana (2007, p.182, apud CARVALHO, 2010, p.32):

A comunicação total parece ser do tipo de “vale tudo”. Assim, não se questiona o papel da linguagem oral, tampouco o da língua de sinais nesse contexto. Criou-se uma língua “artificial” com o objetivo de ensinar a gramática da língua falada ao surdo, como se a língua fosse um processo individual, e não social (...) A idéia de que o que vale é comunicar acaba por prejudicar a aquisição de uma matriz designificado que possa ser a base para a aquisição da linguagem e para o desenvolvimento cognitivo.

Este método comunga assim, do mesmo ideal educacional do método oralista, negando o uso da língua de sinais, sem considerar a questão lingüístico-cognitiva do surdo.

A mistura dessas duas línguas derivou no método posteriormente utilizado, o Bimodalismo, mais conhecido como português sinalizado. Esta estratégia educacional utiliza-se de forma simultânea, a língua oral e a língua de sinais. Esta proposta, assim como os demais métodos propunha o desenvolvimento da língua oral.

Em seguida, foi desenvolvido outro método, o Bilinguismo. Que parte do princípio, que o surdo deve aprender como primeira língua, a Língua de Sinais, e ter a língua de seu país como segunda língua, propondo desse modo, uma nova perspectiva de educação, no qual o aspecto linguístico do surdo seja valorizado. Dessa forma, o surdo é concebido diferentemente das outras propostas apresentadas até então, onde a surdez era vista como uma patologia, pois, esta proposta, afirma que seja considerado as dimensões políticas pedagógicas que fundam a educação dos surdos.

Todavia, a implementação desta proposta requer mudanças que ultrapassam a mera utilização da língua de sinais no âmbito educacional, já que requer um conjunto de ações que considerem a comunidade surda, como mudança da proposta curricular, criação de tecnologias educacionais balizada em recursos visuais, etc (SKLIAR, 1997).

Dentre as demais mudanças, a adoção da Língua de Sinais nas práticas pedagógicas é considerada como algo fulcral para a efetivação de uma abordagem educacional que valorize o público surdo. Sendo assim, no próximo tópico pontuaremos a importância da língua de sinais no processo de escolarização do surdo, bem como também as iniciativas políticas do Brasil advindas da luta da comunidade surda.

6.1 A Língua Brasileira de Sinais

A adoção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como primeira língua para o surdo é considerada como um fator de suma importância para o aperfeiçoamento das condições de escolarização deste alunado, posto que sua NEE maior, está na dificuldade de comunicação, desse modo, ela se configura como uma das adaptações necessárias para o seu aprendizado.

Atualmente, o surdo tem a sua língua oficializada, através da Lei n.º 10.436 de 24 de abril de 2002, no qual está, considera a LIBRAS, como uma língua tão importante quanto a demais, caracterizando-a como necessária para a comunicação. Esta lei, foi posteriormente regulamentada pelo Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que reafirma esses conceitos e delinea a responsabilidade das instituições públicas em garantir um atendimento de acordo com as normas em vigor, bem como também ao sistema educacional em oferecer o ensino de LIBRAS, inicialmente nos cursos de formação de Educação Especial,

Fonoaudiologia e de Magistério, especificando os profissionais aptos a atuarem no campo desta formação. Como averiguamos, nos artigos abaixo:

Art. 1º é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais e outros recursos de expressão a ela associados. (...)

Art.3º A libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (...)

Art. 4º A formação de docentes para o ensino de Libras nas séries finais do ensino fundamental, no ensino médio e na educação superior deve ser realizada em nível superior, em curso de graduação de licenciatura plena em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa como segunda língua.

Este respaldo legal representa para a comunidade surda, não apenas o reconhecimento de uma língua, mais um marco social deste segmento, que passa a ser visto como cidadão de direitos e deveres. No âmbito educacional, esta lei proporciona a garantia da condição básica de acesso aos conhecimentos.

Consequentemente, veio a necessidade da atuação de profissionais intérpretes, afim de que estes, possibilitem a comunicação entre surdos e ouvintes. No contexto escolar, este representa um papel importante na escolarização do surdo, como apresentaremos na sequência.

6.2 O papel do intérprete na escolarização do surdo

As Diretrizes Nacionais de Educação Especial concebem a atuação do intérprete, como algo fundamental para inserção de crianças surdas em salas regulares de ensino, pois este, representa um canal comunicativo, entre o surdo e as pessoas que lhe cercam no contexto escolar. Sua função, demanda a tradução

das atividades educacionais realizadas neste ambiente, atendendo dessa forma, a NEE destes alunos para o acesso aos conteúdos acadêmicos.

Dessa maneira, o seu trabalho, no contexto educacional, requer um entendimento mais complexo, envolvendo o conhecimento sobre o processo de ensino-aprendizagem, a formação de conceitos e a construção de conhecimentos, além da formação linguística implicada no trabalho da interpretação (LACERDA, 2000 apud GÓES, 2007), questões estas, que precisam ser reformuladas, para aprimorar as condições de ensino-aprendizagem destes alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise dos elementos que caracterizam a surdez, concluímos que esta NE não representa nenhuma limitação cognitiva que impeça o progresso acadêmico deste alunado. Contudo, se faz necessário um estudo mais apurado sobre as necessidades educacionais que ela abrange, para que assim, seja implementado nas organizações escolares condições de ensino-aprendizagem aptas a atender as singularidades inerentes a surdez, que diante de sua especificidade deve oferecer uma nova dinâmica pedagógica.

Nesse sentido, as assertivas deste estudo procuraram desconstruir os aspectos que marcam a história da educação deste segmento, no qual consideram a surdez como uma barreira para o processo de escolarização, e que por isso, não agenciam condições de acessibilidade, adaptação do currículo e recursos humanos necessários, dada, as particularidades inerentes ao quadro de sua NE, fragilizando o seu desempenho escolar.

Assim sendo, os educadores devem conhecer a surdez e o processo de aprendizagem deste educando, para assim mudarem sua atuação pedagógica e efetivarem a expectativa de uma educação inclusiva.

ABSTRACT: The paucity of inclusive educational environments, built linked the interpretation about the education offered to students seen as public special education they influence the pedagogical practices aimed at students who this mostly focuses on granting access to school

and not access to schooling processes. In this perspective, this paper aims to conduct a study on the characteristics and processes of education of the deaf. We used as a qualitative methodological approach, in which we turn to literature as a source. The variables presented in this study have made us conclude that the "failure" school this segment is coming from the conditions of teaching and learning in which the school provides and in the case of deafness, a school organization that enhances the listening public and not to the deaf therefore its Need Special poses no cognitive limitations that impede their academic progress.

Key words: Characterization. Deafness. Schooling. Inclusive Education.

REFERÊNCIAS

BASTOS, R. S. **Reconhecimento da Perda de Eficácia de Protetor Intra-Auricular** (Tese de Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Bauru, 2005.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, Presidência da República, Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Brasília, de 22 de dezembro de 2005.

_____. **Lei 10.436, Presidência da República, Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.** Brasília, 24 de abril de 2002.

_____. Secretária de Educação Especial. SEESP/MEC. **Saberes e práticas da inclusão: Desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos surdos (Série: Saberes e Práticas da Inclusão).** Brasília, 2006.116p.

CARVALHO, Naiana Santos. **Surdez e Bilingüismo: perspectivas, possibilidades e práticas na educação para surdos.** 2010. 103f. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2010.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Desafios da Inclusão de alunos especiais: A escolarização do aprendiz e sua constituição como pessoa.** In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. (Org.) **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva.** 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007 (Coleção educação contemporânea).p.69-92.

INES. **Série Audiologia**. Edição revisada. Rio de Janeiro: INES, 2003.

MATOS, Kelma Socorro Lopes; VIEIRA, Sofia Lerche. Pesquisa: o prazer de conhecer. In: MATOS, Kelma Socorro Lopes; VIEIRA, Sofia Lerche. **Pesquisa Educacional: o prazer de conhecer**. Fortaleza-CE: Edições Demócrito Rocha/UECE, 2001.p.21-38.

NASCIMENTO, Ana Lucia do. **As primeiras aprendizagens da criança surda**. 2010.154f. Dissertação (Mestrado em Letras e Ciências Humanas) - Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy", Rio de Janeiro, 2010.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. O que fazer para não excluir Davi, Hilda, Diogo... In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de. (Org.) **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007- (Coleção educação contemporânea).p.93-120.

SANTOS, C.; LIMA, P; ROSSI, P.; Surdez: Detecção e diagnóstico. In: SILVA, R. I.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, M. Z. (Org.). **Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades**. São Paulo: Plexus, 2003. parte I, p.17-54.

SILVA, Sandra Maria Gonçalves Fernandes da. **Classes Bilíngues para alunos surdos em escolas inclusivas – Modelo de Referência em Pernambuco**. Monografia – (Curso de Especialização). Faculdade de Santa Helena, Recife, 2009. 64 f.

SKLIAR, Carlos. Abordagens sócio-antropológicas em educação especial. In: SKLIAR, Carlos (Org.) **Educação & Exclusão: abordagens sócio-antropológicas em educação especial**. Porto Alegre: Mediação, 1997.p.5-14.

SOUSA. Paloma S. **A educação de surdos numa perspectiva educacional inclusiva: realidades e desafios em uma classe regular de EJA**. Rio de Janeiro, 2010, 46f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

*Recebido em setembro de 2012.

*Aprovado em dezembro de 2012.